

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. São Paulo, 29 de janeiro de 2013. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 - (Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Nota explicativa	2012	2011	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.219	77.778	
Contas a receber de clientes		388.107	14.863	
Contas a receber - partes relacionadas	9	31.442	79.366	
Estoques	5	179.215	6.513	
Impostos a recuperar	6	24.548	2.503	
Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos	16.c)	11.736	1.925	
Despesas antecipadas		683	805	
Outros créditos - partes relacionadas	9	147	-	
Total do ativo circulante		646.097	183.753	
Não circulante				
Impostos a recuperar	6	17.918	15.889	
Imposto de renda e contrib. social diferidos	14	25.739	24.266	
Depósitos judiciais		140	-	
Investimento em coligada	8	2.888	2.775	
Imobilizado e intangível	7	123.266	132.382	
Outros créditos não circulante		169.951	175.312	
Total do ativo		816.048	359.065	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional - A CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 3 de fevereiro de 1998, atua no segmento de transporte ferroviário e tem por objetivo a fabricação, a construção, a transformação, a reparação, a manutenção, o montagem, o projeto, a importação, a aquisição, a venda, a exportação, a exploração ou qualquer outra forma de comercialização de todo e qualquer tipo de trem, locomotiva, vagão, veículos ferroviários em geral, bem como de seus componentes, peças, acessórios e equipamentos. A Companhia é uma subsidiária das Companhias espanholas Inversiones en Concesiones Ferrovias S.A. ("ICF"), Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. ("CAF Espanha") e Urbanizating Parque Romareda S.A. Atualmente, a Companhia mantém as seguintes principais operações: • A Companhia mantém dois contratos com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos ("CPTM"), tendo como objeto principal a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 78 trens elétricos, com fornecimento de insumos e equipamentos. • Em 2010, a Companhia celebrou três contratos com a parte relacionada CTRENS - Companhia de Manutenção S.A. ("CTRENS"), sendo: a) Assessoria na aquisição de bens de origem nacional: consiste, principalmente, na assessoria à CTRENS, na aquisição de peças e componentes necessários à fabricação de 36 trens, bem como no fornecimento de estoque inicial de peças de reposição para esses trens e ferramentas para a oficina de manutenção, todos estes de origem nacional a preços não mais onerosos que aqueles especificados no Anexo I do contrato. Os honorários da assessoria são fixos e definidos em contrato. b) Industrialização por encomenda: compreende a industrialização e montagem, sob encomenda, de 36 trens, para os quais a CTRENS reterá a Companhia todas as peças e partes necessárias à produção dos trens completos, bem como a respectiva documentação de engenharia. Os honorários da prestação de serviços são fixos e definidos em contrato. A Companhia assume todas as responsabilidades quanto ao funcionamento dos trens e eventuais vícios ocultos e/ou defeitos de montagem eventualmente detectados. Em 31 de dezembro de 2012, foram entregues 31 dos 36 trens. c) Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens: tem como objetivo principal a assessoria da Companhia à CTRENS, em relação ao seu contrato de manutenção preventiva, corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante, celebrado entre a CTRENS e a CPTM. Os serviços prestados à CTRENS abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela CTRENS, assessoria à gestão de compras e utilização de materiais adquiridos pela CTRENS usados em seus serviços prestados à CPTM, de tal forma que a CTRENS obtenha um equilíbrio financeiro definido nesse contrato. A contraprestação dessa assessoria é remunerada mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à CTRENS, para a prestação de serviços, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados mensalmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC-FIPE. A Companhia assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela CTRENS à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. • Em 2011, a Companhia celebrou dois contratos, sendo eles: a) Industrialização de 15 trens para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU Recife através do Consórcio Guararapes formado pela Companhia e CAF Espanha, b) Industrialização de 26 trens, com 6 carros cada, para a Linha 5 - Lúlia da Companhia do Metropolitan de São Paulo ("Metró") e venda de peças sobresselentes obrigatórias, além de serviços complementares, como assistência técnica dos trens construídos, fornecimento de manuais de operação e manutenção e treinamento do pessoal do comprador. • Em 2012, a Companhia celebrou três contratos, sendo eles: a) Projeto e fabricação de material rodante composto por 40 Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs compostos de 7 carros cada um, assim como o projeto, o fornecimento e a montagem do sistema de sinalização para a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, por intermédio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo FIFA 2014 - SECOFA através do Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande, b) Contrato de aquisição e fornecimento de 15 Trens Unidades Elétricas - TUEs para a empresa de Trens Urbano de Porto Alegre - TRENSURB, através do Consórcio Frotapoa firmado com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. c) Fornecimento de 10 TUEs, sendo cada veículo constituído de 4 carros, para a Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte - BH. O contrato foi firmado entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e o Consórcio Frota BH, firmado com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. **2. Bases de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Práticas Contábeis -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3. Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre elas as estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, à provisão para créditos de liquidação duvidosa e à elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Para mais informações acerca das estimativas e premissas adotadas pela Administração, vide as práticas contábeis detalhadas a seguir. As principais práticas contábeis descritas a seguir foram apresentadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados: a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita - Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas são reconhecidas quando incorridas e os custos relativos aos projetos são reconhecidos no resultado com base no estágio de conclusão dos contratos. A Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC17 - Contratos de Construção e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 - Receita. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. c) Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variação cambial, líquida". d) Instrumentos financeiros - **Classificação** - Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i)ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii)ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii)ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv)empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **Ativos financeiros** - (1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Para a Companhia, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16. (2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (3) Ativos financeiros disponíveis para venda - Quando a aplicação não se inclui nessa categoria, os ativos financeiros são derivativos, como títulos ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (4) Empréstimos e recebíveis - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº3), as contas a receber de clientes (nota explicativa nº4) e os saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº9). **Passivos financeiros** - Representados por contas a pagar a fornecedores e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº9), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. **Método da taxa de juros efetiva** - Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. **Mensuração** - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados

pelos custos amortizados. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"** - As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação tratada e em suas respectivas informações de mercado no encerramento de cada exercício, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas messas de operação de cada instituição financeira envolvida. **"Hedges" de fluxo de caixa ("hedge accounting")** - Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção ("hedge") da variabilidade dos fluxos de caixa atribuída a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que pode afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado na mesma linha individual de valores a receber e em montante correspondente. **Hedge** - Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, venha, encerrado, exercido ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado do exercício. **Derivativos embutidos** - Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando eles atendem às definições de um derivativo, seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. e) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. f) Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa - Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos e serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em matéria individual de valores a receber e em montante correspondente. A administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados devido à recuperação de créditos. g) Estoques - Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. h) Investimento em coligada Avaliado pelo método de custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº8. i) Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (vide nota explicativa nº7). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. j) Redução ao valor recuperável de ativos - No fim de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos, a fim de determinar se há alguma indicação de que sofrerem alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos casos quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para o mesmo nível do valor contábil de valores a receber e em montante correspondente. **Ativo líquido** - O valor contábil de um ativo líquido é determinado pelo valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. k) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. l) Provisões - Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. m) Juros sobre o capital próprio - Os juros sobre o capital próprio pago e a pagar são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido como despesa financeira, e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". n) Contratos onerosos - Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. o) Provisão para garantias - As provisões para o custo esperado com garantia de vendas são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. p) Tributação - imposto de renda e contribuição social - **Impostos correntes** - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis de outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas leis e nos regulamentos tributários aplicáveis em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **Impostos diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento das demonstrações financeiras e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar. **Impostos diferidos ativos e passivos** são mensurados às alíquotas aplicáveis ao período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relaciona-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)				
	Nota Explicativa	2012	2011	
Receita líquida		19	294.173	360.257
Custo dos prod. vendidos e serv. prestados		20	(204.352)	(248.517)
Lucro bruto			89.821	111.740
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	20	(30.814)	(45.417)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(9.493)	(2.952)	-
Lucro oper. antes do resultado financeiro			49.514	63.371
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	15	3.662	623	-
Despesas financeiras	15	(1.095)	(2.510)	-
Variações cambiais, líquidas	15	637	57	-
Lucro antes do imp. de renda e da contribuição social			52.718	61.541
Imposto de renda e contrib. social				
Correntes	14	(15.665)	(37.409)	-
Diferidos	14	1.473	15.840	-
Lucro líquido do exercício			38.526	39.972
Lucro líquido por ação - R\$			0,2540	0,2636
Quant. de ações no fim do exercício			151.652.000	51.652.000

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
(Em milhares de reais - R\$)				
	2012	2011		
Lucro líquido do exercício		38.526	39.972	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Total do resultado abrangente do exercício		38.526	39.972	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explic.	Capital social	Reserva legal	Lucros acum.	Total
Saldos em 31/12/2010		151.652	1.503	15.009	168.164
Lucro líquido do exercício		-	-	39.972	39.972
Constituição de reserva legal 13		-	1.998	(1.998)	-
Saldos em 31/12/2011		151.652	3.501	52.983	208.136
Lucro líquido do exercício		-	-	38.526	38.526
Constituição de reserva legal 13		-	1.328	(1.328)	-
Juros s/o capital próprio declarados	13	-	-	(11.967)	(11.967)
Saldos em 31/12/2012		151.652	4.829	78.214	234.695

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
(Em milhares de reais - R\$)				
	2012	2011		
Lucro líquido do exercício		38.526	39.972	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Total do resultado abrangente do exercício		38.526	39.972	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explic.	Capital social	Reserva legal	Lucros acum.	Total
Saldos em 31/12/2010		151.652	1.503	15.009	168.164
Lucro líquido do exercício		-	-	39.972	39.972
Constituição de reserva legal 13		-	1.998	(1.998)	-
Saldos em 31/12/2011		151.652	3.501	52.983	208.136
Lucro líquido do exercício		-	-	38.526	38.526
Constituição de reserva legal 13		-	1.328	(1.328)	-
Juros s/o capital próprio declarados	13	-	-	(11.967)	(11.967)
Saldos em 31/12/2012		151.652	4.829	78.214	234.695

dos a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº14.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Conta-corrente em moeda estrangeira	606	3.809
Caixa e contas-correntes no País	5.345	1.380
Aplicações financeiras	4.268	72.589
Total	10.219	77.778

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía depósitos denominados em euros - 6 em centes bancárias no exterior, os quais estavam atualizados pela taxa de câmbio vigente naquela data e disponíveis para saque. O valor convertido em reais desses depósitos no exterior era equivalente a €22 mil (R\$1.565 mil em 31 de dezembro de 2011). As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados à taxa de 100,32% (100,5% em 31 de dezembro de 2011) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **5. Contas a Receber de Clientes** - Em 31 de dezembro de 2012, são compostas por créditos com a SECOPA, a CBTU, a TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., a CPTM e o Metrô (CPTM, CBTU e Metro e em 31 de dezembro de 2011), oriundos da industrialização de trens, da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos trens metropolitanos e dos respectivos insumos e equipamentos utilizados em tais serviços, conforme respectivos contratos mencionados na nota explicativa nº1. **5. Estoques** **2012** **2011**

	2012	2011
Importação em andamento	18.174	634
Estoques em formação - trens (*)	19.641	201
Material para manutenção	859	1.214
Adiantamento a fornecedores	140.541	4.464
Total	179.215	6.513

(*) Em 31 de dezembro de 2012, o principal projeto em execução refere-se ao contrato com a CBTU, para o projeto em Recife, e com o Metrô, para o projeto em São Paulo. Em 31 de dezembro de 2011, o principal projeto em execução referia-se ao contrato com a CTRENS, parte relacionada à Companhia. **6. Impostos a Recuperar**

	2012	2011
Imposto sobre Circulação de Merc. e Serviços - ICMS	71.673	63.555
Contrib. p/o Financ. da Seguridade Social - COFINS	12.552	13
Programa de Integração Social - PIS	2.718	152
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	5.369	2.336
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.977	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	928	-
Outros	4	2
Prov. p/não realiz. de crédito de ICMS a recuperar (*)	(53.755)	(47.666)
Total	22.466	18.395

Ativo circulante **2.542** **2.503**

Ativo não circulante **17.918** **15.889**

(*) A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessária, de acordo com as projeções de utilização desses créditos. Os créditos de ICMS são gerados sobre as aquisições de insumos e equipamentos utilizados na prestação de serviços, conforme nota explicativa nº1, cujas saídas, para determinados contratos, são isentas de tributação por tratar-se de venda a órgão público. Considerando que existe baixa expectativa de recuperação da totalidade desses saldos com futuras operações tributárias, a Companhia solicitou em 2012 a apuração das autorizações fiscais do Estado de São Paulo para vender ou transferir parte dos créditos para terceiros. A Companhia contabilizou prov

sultados abrangentes" o patrimônio líquido, revertendo-os contra as rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", no momento da liquidação de cada operação. c.1) Operações de "Non Deliverable Forward – NDFs" Para o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, devido à natureza das operações e dos contratos firmados pela Companhia, as operações de NDF foram elitas como operações de proteção de valores justos, em que os efeitos das variações nos valores justos, foram registrados diretamente no resultado do exercício, tendo como contrapartida o registro de um ativo no mesmo montante, para compensação do efeito do "hedge" no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as seguintes operações estavam designadas como "hedge" de valor justo: A Companhia assinou contrato para fornecimento de trens com clientes denominados em EURO e desta forma também assinou contratos futuros de moeda do tipo NDF (posição comprada) para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente dessas transações futuras previstas, que foram designados como "hedge" de valor justo. Em 31 de dezembro de 2012, as perdas não realizadas com contratos futuros de moeda, reconhecidas em "Obrigações a liquidar com instrumentos financeiros derivativos" relacionadas à exposição dessas transações futuras previstas, eram de R\$2.768 (R\$4 em 31 de dezembro de 2011). A previsão é de que as vendas continuem sendo efetivadas entre janeiro de 2013 e setembro de 2015, quando o valor então será reclassificado para o resultado. A Companhia assinou também contratos para compra de matéria-prima e outros equipamentos ferroviários denominados em EURO e, desta forma, também assinou contratos futuros de moeda do tipo NDF (posição vendida) para proteger o risco de taxa de câmbio decorrente dessas compras futuras previstas, que foram designados como "hedge" de valor justo. Em 31 de dezembro de 2012, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em reconhecidas em "Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos" e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$3.041 (perdas de R\$1.929 em 31 de dezembro de 2011). A previsão é de que as compras ocorrerão entre janeiro de 2013 e setembro de 2015, quando o valor será incluído no valor contábil das matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2012, os contratos de "Forward" (posição comprada e vendida) em aberto, detalhados a seguir, têm vencimentos previstos entre janeiro de 2013 e setembro de 2015 e estão assim resumidos:

Descrição	31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2012 - a valor justo	
	Valor nacional	Valor justo	Ganho	Perda
Posição vendida euro	249.067	246.026	3.041	-
Posição comprada euro	49.098	51.866	-	(2.768)
Total				(5.809)

Em 31 de dezembro de 2011, os contratos de "Forward" (posição comprada e vendida) em aberto, estão detalhados a seguir:

Descrição	31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2011 - a valor justo	
	Valor nacional	Valor justo	Ganho	Perda
Posição comprada euro	77.859	77.855	4	-
Posição vendida euro	53.611	55.540	-	(1.929)
Total				(1.925)

Durante o exercício 2012 o efeito da parte ineficiente das operações de cobertura registradas diretamente no resultado do exercício resultou em lucro no montante de R\$12. c.2) Derivativos embutidos - Os derivativos embutidos em

contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando estes atendem às definições de um derivativo, seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 2012 a Companhia assinou contratos para o fornecimento de trens para a Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Metró") e para o fornecimento dos VLTs para a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, conforme nota explicativa nº 1, sendo parte desses contratos denominada em euro. Para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente dessas transações futuras previstas, os derivativos embutidos no contrato principal foram separados e designados como "hedge" de valor justo. Em 31 de dezembro de 2012, os derivativos embutidos em aberto, detalhados a seguir, totalizam €199.045 mil, têm vencimentos previstos entre janeiro de 2013 e setembro de 2015 e estão assim resumidos:

Descrição	31/12/2012		Efeito acumulado até 31/12/2012 - a valor justo	
	Valor nacional	Valor justo	Ganho	Perda
Posição vendida euro	530.579	536.506	-	(5.927)
Total				(5.927)

Estimativa dos valores justos - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia aplica as regras de hierarquia para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do CPC40, mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os níveis da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços), seja indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Isenções para ativos ou passivos que não se baseiam nos dados adotados pelo mercado (ou seja, isenções não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos consolidados mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2012:

Ativo	Nível1	Nível2	Nível3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo- Derivativos	-	11.736	-	11.736
Total do ativo	-	11.736	-	11.736

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) baseia-se nos preços de mercado cotados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se esses preços representarem transações de mercado reais, que ocorrem regular-

mente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data de encerramento das demonstrações financeiras, com o valor resultante descontado ao valor presente. • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros remanescentes. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos, conforme o Nível 3, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. **Valores justos de instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado - Aplicações financeiras** - Os valores das aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. d) Análise de sensibilidade do risco cambial - Considerando as exposições cambiais em 31 de dezembro de 2012, a análise de sensibilidade seria como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Queda do euro	(83.732)	(55.822)

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o euro, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,69/€1,00, (R\$2,02/€1,00), e o cenário remoto uma valorização de 50% (R\$1,35/€1,00). A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012. e) Risco de flutuação de preço de venda de seus produtos, prestação de serviços e custo de aquisição de materiais. Os preços dos produtos e serviços prestados pela Companhia estão amparados em contratos anteriormente firmados com seus clientes; portanto, não há risco significativo de oscilação não esperada. f) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno a acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do Retorno sobre o Investimento ("Return on Investment - ROI"). Esses índices correspondem a: Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 38.256 Capital social 151.652 Retorno sobre o investimento 0,25

17.Cobertura de Seguros - Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas. **18. Compromissos Assumidos** - A Companhia assumiu diversos compromissos comerciais e financeiros acordados nos contratos celebrados com clientes, incluindo partes relacionadas, que estão detalhados na nota explicativa nº1.

19. Receita Líquida	2012	2011
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	144.479	185.757
Receita bruta de serviços prestados	183.316	195.595
Impostos incidentes sobre faturamento	(33.622)	(21.095)
Total	294.173	360.257

20. Despesa por natureza	2012	2011
Depreciação e amortização	10.216	8.479
Salários e benefícios	65.444	67.583
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	92.537	74.110
Mudanças nos estoques de produtos acabados		
trabalho em progresso	(15.365)	34.762
Provisão para não realização de créditos de ICMS	6.089	22.511
Provisão para garantia	(198)	11.040
Provisão para penalidades contratuais	2.849	-
Seguros	2.593	5.418
Serviços prestados	45.090	29.662
Transporte de materiais	9.385	11.568
Conservação, alugueis, energia e água	2.978	5.105
Outras	23.021	26.648
Total	244.659	296.886

Classificadas como: Custo dos produtos vendidos e serviços prestados 204.352 248.517 Despesas gerais e administrativas 30.814 45.417 Outras despesas operacionais, líquidas 9.493 2.952 Total 244.659 296.886 **21. Benefícios a Funcionários** - A Companhia concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Foram registrados na demonstração do resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", R\$2.899 em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.877 em 2011) a título de participação nos resultados. **22. Remuneração Dos Administradores** - A remuneração dos administradores da Companhia possui somente parcela fixa e está, assim, composta:

	2012	2011
Diretores estatutários	453	368

23. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras - As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 29 de janeiro de 2013.

DIRETORIA	
Paulo Rubens Fontenele Albuquerque - Presidente	
Agenor Marinho Contente Filho - Diretor Geral	
Bruno Girál Gracia - Gerente Financeiro	
Claudio Alberto Penna Leopoldo	
Controller - Contador CRC 1RJ 049147/O-0 - S- SP	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase** - Conforme demonstrado nas notas explicativas nº1 e nº9 as demonstrações financeiras, a Companhia realiza transações significativas de compras e vendas de produtos e prestação de serviços, bem como contrato empréstimos de partes relacionadas. As citadas notas explicativas contêm informações sobre essas transações e seus efeitos no resultado das operações e sobre seus ativos e passivos correspondentes. Conseqüentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras citadas no primeiro parágrafo devem levar em consideração essas circunstâncias.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2013